

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.900 - MS
(2019/0222748-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
AGRAVANTE : C A DE S
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**

EMENTA

PENAL. AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ECA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO INFIRMADOS. NÃO CONHECIMENTO DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECONSIDERADA. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DIVERSA DE INTERNAÇÃO. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO. GRAVE AMEAÇA E VIOLÊNCIA A PESSOA. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA JUSTIFICAR A MEDIDA DE INTERNAÇÃO. AGRADO CONHECIDO PARA DESPROVER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de **agrado regimental** no agrado em recurso especial manejado por **C. A. DE S.**, contra a decisão monocrática de fls. 279-286, assim ementada:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. AGRADO NÃO CONHECIDO."

Consoante se deduz dos autos, o juízo singular aplicou ao agravante a **medida socioeducativa de internação**, com fulcro no art. 112, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela prática do ato infracional análogo ao delito previsto no art. 157, **caput**, do Código Penal (fls. 96-101).

O eg. Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo, consoante a fundamentação do acórdão assim sumariado (fl. 231):

"EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DO ATINGIMENTO DA MAIORIDADE - AFASTADA - MÉRITO - PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO (ART. 157, CAPUT, DO CP) - PRETENSÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA MAIS BRANDA (LIBERDADE ASSISTIDA) - IMPOSSIBILIDADE - GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME, SOMADA À REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE OUTRAS INFRAÇÕES - INTELIGÊNCIA DOS INCISOS I E II, DO ART. 122, DA LEI N. 8.069/90 - CORRETA A SENTENÇA QUE APLICOU A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, QUE MELHOR ATENDE AOS INTERESSES DO INFRATOR E DA SOCIEDADE - RECURSO IMPROVIDO. INTERNAÇÃO, QUE MELHOR ATENDE AOS INTERESSES DO INFRATOR E DA SOCIEDADE - RECURSO IMPROVIDO.

1. Para a aplicação da medida socioeducativa de internação, leva-se em conta a condição do adolescente ao tempo do ato infracional, pouco importando que o menor atinja 18 (dezoito) anos durante o curso da persecução penal ou mesmo durante a execução da pena, haja vista que a medida socioeducativa pode ser aplicada até que o menor infrator complete 21 (vinte um) anos de idade. Inteligência dos artigos 2º e parágrafo único, 104 e parágrafo único e art. 121 e § 5º, todos do Estatuto Menorista.

2. Nos termos do artigo 122, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), a medida de internação será aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. No caso concreto, o menor cometeu ato infracional análogo ao delito de roubo, além de ostentar reiteradas práticas no cometimento de outras infrações, restando demonstrada a gravidade de sua conduta e necessidade da medida excepcional."

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, a defesa alegou violação ao **artigos 100, e 122, § 2º, ambos da Lei n. 8.069/1990 e art. 37, alínea d, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**, aduzindo desproporcionalidade na aplicação da medida socioeducativa de internação.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 177-193), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação das Súmulas 7 e 83, ambas do

STJ (fls. 217-221).

Interposto o agravo em recurso especial, que não foi conhecido (fls. 279-286).

No presente regimental, a parte agravante, em apertada síntese, aduz que houve o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade e demonstrados os fundamentos para reforma do julgado regional.

Pleiteia, ao final, seja reconsiderada a decisão recorrida ou encaminhado o feito à apreciação da Colenda Turma Julgadora.

É o relatório.

Decido.

Os argumentos da parte agravante quanto à impugnação dos fundamentos da decisão que obstou seguimento ao recurso especial comportam **reconsideração da decisão agravada**.

Da análise dos autos, verifica-se que a parte agravante infirmou a fundamentação atinente à não incidência dos enunciados das Súmulas 7 e 83 do Superior Tribunal de Justiça, nas razões do agravo em recurso especial (fls. 235-243).

Em percuciente análise dos autos, diviso que assiste razão ao agravante, em seu reclamo, pelo que reconsidero o **decisum** vergastado (fls. 279-286), tornando-o sem efeitos.

Passo, pois, à análise do recurso especial.

A questão a ser analisada cinge-se à aplicação da medida socioeducativa de internação ao adolescente em decorrência da prática do ato infracional análogo à conduta descrita no art. 157 do Código Penal.

O Tribunal de origem, sobre a **quaestio juris**, consignou **verbis** (fls. 164-166):

"3. Mérito

Na questão de fundo, o apelante insurge-se quanto a aplicação da medida socioeducativa de internação, requerendo medida mais branda, a

exemplo da liberdade assistida.

É incontroverso a materialidade do fato e a respectiva autoria, tendo o apelante, ao tempo do fato, sido preso em flagrante pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, caput, do Código Penal.

Em que pese o judicioso trabalho desenvolvido pelo causídico subscritor deste recurso, entende-se que a medida socioeducativa de internação se revela mais adequada ao caso em comento, pois melhor se aplica para a devida ressocialização e punição do adolescente infrator.

Ora, as medidas socioeducativas exsurgem, por um lado, como medidas coercitivas de nítido conteúdo pedagógico; de outro, apresenta-se como de caráter sancionador cuja aplicação deverá observar a capacidade do infrator para cumprir a medida, as circunstâncias e gravidade da infração, conforme determina o § 1º, do art. 112, do estatuto menorista.

Já o art. 112 do ECA, positivando o princípio da excepcionalidade, dispõe que:

"Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta" Em que pese o texto legal não conter verbo impositivo, vez que se utiliza da expressão "a medida de internação poderá ser aplicada", fato é que abriu margem ao julgador, no exame do caso concreto, aplicar a medida socioeducativa em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, independente do histórico delitivo do infrator.

No caso em comento, o apelante praticou ato infracional equiparado ao crime de roubo (art. 157, caput, do CP), vale dizer, subtraiu para si, mediante violência e grave ameaça, R\$ 5,00 reais que se encontrava no caixa do estabelecimento "Padaria Império", na cidade e comarca de Naviraí. Para atingir o seu intento, empurrou a funcionária Bruna Santos Ribeiro, anunciando o assalto, fazendo supor que estava com arma de fogo, pois colocou sua mão por dentro da camisa, fazendo pantomimas para anunciar o assalto.

A nosso sentir, o simples cometimento do aludido ato infracional é circunstância suficiente para a aplicação da medida socioeducativa, porquanto o legislador elegeu tal hipótese como bastante para a restrição da liberdade, dada a gravidade do delito em tela. Digo isso porque o crime de roubo trata-se de crime complexo, pois ao mesmo tempo em que há o constrangimento ilegal mediante grave ameaça ou violência (crime contra a pessoa), também se utiliza da subtração de coisa alheia móvel (crime contra o patrimônio). [...]

[...]

Não bastasse isso, consta dos antecedentes criminais do apelante reiteração no cometimento de outras infrações penais, conforme consta do documento de f. 43, incidindo o recorrente na hipótese do inciso II, do art. 122, do código menorista.

Diante desse cenário, verifica-se que eventual aplicação de medida socioeducativa diversa, como bem pondera a Procuradoria de Justiça, "soaria verdadeira absolvição da prática infracional, pois, gozando de liberdade ir e vir, não remanescem dúvidas de que o adolescente se entregaria novamente a tal conduta antissocial, o que prejudicaria não somente a ele, mas à sua família e a toda coletividade." Conclui-se, destarte, que o apelante é infrator contumaz, fruto, talvez, de desestrutura familiar e desacerto em sua opção de vida, indicativo de que a medida de internação, repita-se, se revela como a mais adequada."

Depreende-se dos enxertos acima colacionados que o eg. Tribunal de origem concluiu pela aplicação da medida socioeducativa de internação, além da **prática de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa (roubo), o fez também com fundamento no inciso II, do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em razão reiteração na prática de outras infrações penais.**

Consoante relatado, a defesa se insurge contra a medida de internação imposta ao adolescente em razão de ato infracional análogo ao crime de roubo.

A medida socioeducativa de internação impõe-se nas hipóteses **taxativamente** arroladas no art. 122, do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim redigido:

"Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a

internação, havendo outra medida adequada."

Vale frisar que o elenco das condições é taxativo, não se permitindo a possibilidade de aplicação fora das hipóteses apresentadas (vg.: HC n. 291176/SP, 5ª Turma, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 21/8/2014).

No caso em apreço, a medida socioeducativa de internação imposta ao recorrente apresenta fundamentação idônea, em virtude de ato infracional equiparado ao delito de roubo ter sido praticado com grave ameaça e violência a pessoa, e pela reiteração da prática delitiva (fl.43).

Assim, resta patente a incidência da hipótese prevista no **inciso I do art. 122 do ECA**, tendo em vista que o adolescente cometeu ato infracional equiparado ao delito de **roubo**, o qual tem como um de seus elementos a **grave ameaça ou violência contra pessoa**. Presente, portanto, o requisito para a imposição da medida socioeducativa de **internação**.

Ilustrativamente:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO A ROUBO MAJORADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PLEITO DE MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO ATO INFRACIONAL E REITERAÇÃO NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. PRECEDENTES.

É possível a aplicação de medida socioeducativa de internação quando o ato infracional houver sido praticado mediante grave ameaça ou violência a pessoa, bem como nos casos em que se verifica a reiteração na prática de atos infracionais, como se deu no caso dos autos.

Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 1.153.039/SE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 16/02/2018).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. ATOS INFRACIONAIS ANÁLOGOS AOS CRIMES DE AMEAÇA E DE TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PLEITO DE MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. GRAVIDADE

CONCRETA DO ATO INFRACIONAL E REITERAÇÃO NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA.

I - Não constitui ofensa ao princípio da colegialidade a prolação de decisões monocráticas no âmbito desta Corte, estando esse entendimento inclusive sedimentado por ocasião da edição da Súmula n. 568/STJ, segundo a qual "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

*II - É possível a aplicação de medida socioeducativa de internação quando o ato infracional houver sido praticado mediante grave ameaça ou violência a pessoa, bem como nos casos em que se verifica a reiteração na prática de atos infracionais, como se deu no caso dos autos. Precedentes. Agravo regimental desprovido" (AgInt no AREsp n. 1.093.485/ES, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 27/9/2017, grifei).*

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO. IMPOSIÇÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA. INTERNAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO FATO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ADOLESCENTE. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 568/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. A internação do adolescente foi determinada com fundamento nos incisos I e II do art. 122 do ECA - ato infracional cometido com grave ameaça e violência e reiteração no cometimento de outras infrações graves.

[...]

4. Consoante a orientação desta Corte Superior, cabe ao magistrado analisar as circunstâncias do ato infracional e as condições específicas do adolescente a fim de aplicar a medida socioeducativa mais adequada ao caso concreto. Precedentes.

5. Incidência da Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

*6. Agravo regimental não provido." (AgInt no AREsp n. 978.875/ES, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 28/4/2017, grifei).*

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 279-286 e, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial .

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator